

20 AGO 1989

# ESTADO DE SÃO PAULO

## Confronto melancólico

É possível que o Brasil tenha de passar pela trágica experiência da hiperinflação para que a sociedade como um todo, o Congresso em especial, tome consciência de que não se pode brincar com o futuro de uma nação. Em Buenos Aires, dispendo-se a correr todos os riscos políticos, o presidente Menem empenhou-se junto ao Congresso argentino para que a lei de Reforma do Estado — que autoriza a privatização de um sem-número de empresas estatais — fosse aprovada na forma que melhor parecia ao Poder Executivo na sua luta para reduzir a altíssima taxa inflacionária, diminuir o déficit público e ter o orçamento sob controle. O apelo do chefe de governo foi atendido, malgrado as diferenças de opinião e as restrições que parte dos deputados radicais fazem à maneira pela qual se dará a privatização.

Em Brasília, o chefe de governo esqueceu-se de pedir urgência para a votação do projeto de autoria do Executivo privatizando 19 empresas estatais, e no Congresso as lideranças talvez encontrem dificuldades em acelerar a tramitação do documento. Resultado: talvez a decisão legislativa sobre o assunto só saia no próximo governo! E, o que é ainda mais grave, esboça-se no Congresso movimento destinado a não aprovar o projeto do presidente Sarney. Sob a alegação de que S.Exa. não negociou com as lideranças quais as empresas que poderiam ser privatizadas, nem discutiu com o Congresso o destino dos empregados, ou a maneira de proteger o *patrimônio nacional* representado pelas 19 empresas constantes do projeto. Em síntese, enquanto em Buenos Aires se toma consciência de que não se brinca com a economia, em Brasília perde-se tempo indagando se o projeto deveria ter sido discutido antes ou depois de ser enviado, e se é o Executivo que deveria ter pedido urgência, ou se essa providência cabe agora às lideranças que se declararam prontas a votar um programa de emergência.

O abismo que separa as duas mentalidades — a dos políticos argentinos e a de seus colegas brasileiros — não pára nesse exemplo dramático. Vai além. No momento em que os acordos celebrados com o México abrem a perspectiva de o Brasil ser beneficiado com o Plano Brady — desde que se disponha a executar programa de reforma econômica (que inclui a privatização de empresas estatais) —, o governo brasileiro recebe a clara mensagem de que a decretação oficial da moratória será tida como

ato de hostilidade à comunidade financeira, excluindo *ipso facto* o País dos benefícios do plano, no Congresso articula-se o pedido de urgência para votação do relatório da comissão que investiga a dívida externa, no qual se determina exatamente a moratória. Ditas as coisas de outro modo, os grupos que, no Congresso Nacional, por um lado negam urgência para privatizar empresas estatais, por outro manobram para que se conceda urgência para a decretação da moratória.

A posição diante da dívida externa é outra das marcas distintivas entre a classe política argentina, chamada à responsabilidade, e a brasileira, que a ela procura fugir. A bravata desapareceu da retórica portenha, substituída por um agudo senso de adesão à realidade. No Brasil, pelo contrário, demonstrando um despreparo intelectual assustador — tão intimidador que levou o senador Severo Gomes a tomar posição contra o projeto de moratória —, legisla-se sobre assuntos dessa gravidade com a ingenuidade de um escolar que comunica aos pais que não irá prestar exame, convencido de que a “nova educação” evitará qualquer reprimenda e de que não será reprovado. A esdrúxula idéia de que os juros pagos são suficientes para resgatar o principal no mercado secundário, e que portanto não se deve pagar, inspira muitos raciocínios sobre a dívida externa, agora disfarçados de severa aplicação do texto constitucional, que reclama a aprovação do Congresso para atos internacionais que onerem o patrimônio nacional.

Por detrás dessas atitudes tendentes a criar empecilhos ao Executivo no seu relacionamento com os bancos credores, o FMI e o Banco Mundial, está sem sombra de dúvida o grande *lobby* das estatais, fortemente representado no Congresso. Durante o debate constituinte, a atenção do público concentrou-se no grupo de deputados e senadores que, oriundos do Norte, do Nordeste, e do Centro-Oeste, fizeram pressão para que a reforma tributária e sobretudo os critérios de distribuição das cadeiras na Câmara dos Deputados favorecessem essas regiões mais comprometidas com o País do passado. Não se prestou a necessária atenção ao *lobby* das estatais — e o resultado foi uma Constituição estatizante (em que pese a opinião dos que a têm como a mais favorável à livre empresa), na qual se reforçou a presença de grandes grupos produtivos do Estado na economia. E esse mesmo grupo, agora, que se mobiliza

para impedir a votação do projeto de privatização e aprovar o que decreta a suspensão dos pagamentos da dívida externa até decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade e legalidade dos contratos firmados.

Se por ventura se conceder urgência para a votação do relatório da Comissão Mista, mais o projeto determinando a moratória, criar-se-á situação sumamente difícil para os representantes do Executivo que forem negociar — e precisam fazê-lo — com o FMI e com os bancos credores. O Congresso necessita ter em mente que as negociações em curso com o Fundo Monetário Internacional vão relativamente bem e de que o Banco Mundial já deu evidentes sinais de estar disposto a ajudar o Brasil, desde que o governo se disponha a fazer a sua parte para levar o processo de desenvolvimento a termo. Como dissemos na última sexta-feira, a aprovação do projeto sobre a moratória não significa que ela entre em vigor; afinal, o presidente da República poderá vetar o projeto e o Congresso manter o veto. A questão não é discutir os danos que o projeto, transformado em lei, causará ao País. É evitar que sua simples aprovação cause constrangimentos enormes ao governo brasileiro em suas negociações com o Exterior.

O Congresso Nacional, curiosamente, não tem mais noção do que seja um processo negociável. Disposto a resgatar a autonomia perdida durante o regime autoritário, os congressistas passaram a adotar postura idêntica à dos presidentes militares, impondo decisões. O problema, porém, é que no campo das relações internacionais não se impõem *diktats* — a menos que haja força para tanto. No campo internacional, negocia-se, e não é bom negociador quem se senta à mesa de conferência para dizer que todas as condições que estabelece são inegociáveis. Em si, essa postura intransigente é apenas denotativa de que o negociador é péssimo, especialmente quando ele nada tem para aliviar sua intransigência.

A decisão do Congresso argentino, que permitiu fosse também atingida a empresa petrolífera YPF, deveria servir de exemplo para os membros do Congresso brasileiro. A situação financeira no Brasil ainda não chegou a níveis desesperadores; a insensibilidade dos políticos para alguns aspectos da realidade, no entanto, poderá deitar a perder os esforços que se vêm fazendo, e tornar sem sentido os sacrifícios já feitos.